

A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: foco nas políticas de informação

Lilian Emanuelli Marques*
Marta Macedo Kerr Pinheiro**

RESUMO:

O artigo relata a pesquisa que buscou conhecer a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação - CMSI, saber sua origem, seus propósitos e qual seu atual cenário, considerados os sete anos desde seu acontecimento e a proximidade de 2015, ano estabelecido como prazo final para o cumprimento de suas metas, acordadas internacionalmente. O conjunto de metas foi compreendido como um subdomínio das políticas de informação. Objetivou-se ainda investigar qual tipo de avaliação possibilitaria aferir os resultados obtidos. Como método, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, cujos procedimentos foram: o monitoramento da base de dados da Cúpula, a *WSIS Stocktaking Platform* e a análise de duas das onze linhas de ação descritas no *Plano de Ação de Genebra* um dos seus quatro documentos finais. Os conceitos de política de informação, de indicadores sociais, de inclusão digital e de competência informacional nortearam a análise dos dados. Concluiu-se que indicadores/dados estatísticos de inclusão digital auxiliam no processo de mensuração e investigação dos resultados da CMSI, assim como auxiliam no processo de estabelecimento de políticas de informação que atendam às demandas da Sociedade da Informação. Concluiu-se também que a CMSI, embora tenha contado com a participação de mais de 170 países, e tenha empreendido grande esforço e investimento financeiro, ainda não atingiu as metas estabelecidas.

Palavras-chave: Cúpula Mundial - CMSI. Políticas de informação. Sociedade da informação. WSIS. Políticas públicas de informação. Indicadores de inclusão digital. Competência informacional.

* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Técnica-Administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
E-mail: lilian.emarques@yahoo.com.br

** Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
E-mail: martakerr@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação modifica as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais dos países e cria a necessidade do estabelecimento de novas políticas, que atendam a tais transformações. Destacam-se neste cenário de mudanças, discussões relativas ao acesso à informação e aos atores responsáveis pela função de democratizá-lo, bem como a

consciência de que alguns países detêm o controle das tecnologias de informação e comunicação e da própria informação, como forma de exercício de poder.

Neste contexto, vários países solicitaram a interferência de um órgão superior, a Organização das Nações Unidas-ONU. Em face destas razões e por ser a informação objeto de centralidade de poder, demanda-se o desenvolvimento de políticas públicas

voltadas tanto para sua gerência, controle, uso, disseminação, quanto para a democratização do acesso e da inclusão digital. Assim, considerou-se oportuno desenvolver um estudo acerca da Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação-CMSI, convocada pela ONU e organizada pela União Internacional de Telecomunicações-UIT e realizada em duas fases que ocorreram em Genebra/2003 e em Túnis/2005.

Embora seja extensa a literatura sobre o tema *Sociedade da Informação* e também tenham sido encontrados estudos que exploram as iniciativas para o seu desenvolvimento, acredita-se que a CMSI ainda não foi explorada de forma suficiente a tornar claros e amplamente públicos seus objetivos e os resultados já atingidos. Hipoteticamente, vários motivos poderiam ser citados como barreiras à sua reduzida visibilidade. A única possível de ser mensurada seria a barreira linguística, pois a página eletrônica da Cúpula (principal canal de acesso a informações e documentos) é mantida praticamente toda em inglês, com poucas páginas traduzidas para o francês ou o espanhol e a cúpula atende aos interesses dos mais de 170 países participantes.

Se considerarmos o discurso instituído durante a CMSI pelos representantes governamentais, assim como o estabelecimento do ano de 2015 como prazo para o cumprimento das metas estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra* elaborado em 2003, a ênfase é colocada no desenvolvimento democrático e igualitário da Sociedade da Informação. A pesquisa, aqui relatada, propõe a interlocução entre os temas políticas de informação, indicadores de inclusão digital e competência informacional, estruturas teóricas e empíricas do acesso e inclusão à informação e ao conhecimento.

Avaliou-se que a CMSI poderia ser estudada a partir das teorias e conceitos trabalhados dentro das políticas de informação e, considerada a necessidade de mensurar o seu progresso em relação às metas estabelecidas, julgou-se pertinente adotar como forma de mensuração, dados estatísticos e indicadores de inclusão digital elaborados e publicados por órgãos oficiais de estatísticas. Foram adotados dados da UIT, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e da Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Adotou-se ainda na análise o conceito de competência informacional, uma vez que, ao se considerar que os objetivos da CMSI estão voltados para a promoção das tecnologias de informação e de comunicação- TICs como benefício de todos, o desenvolvimento de competência informacional torna-se fundamental, pois viabiliza a inclusão digital plena, conceito pouco preciso nos programas e projetos que visam à inserção na Sociedade da Informação (AUN; MOURA, 2007).

A partir do panorama apresentado, realizou-se um estudo qualitativo, bibliográfico e documental, que partiu das seguintes indagações: Qual é o atual cenário da CMSI-CMSI? Qual avaliação possibilita aferir o grau de realização das metas estabelecidas pela CMSI em Genebra/2003 e ratificadas em Túnis/2005?

Face às questões colocadas, definiu-se como objetivo geral investigar a evolução da CMSI a partir da análise de sua base de dados, a *WSIS Stocktaking Platform*, e de duas das 11 linhas de ação descritas no *Plano de Ação: Linha de Ação C2- Infraestrutura da informação e da comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação*, e *C4-Criação de Capacidades*. Foram definidos os seguintes objetivos específicos: descrever o contexto histórico que levou ao surgimento da CMSI (Genebra/2003 e Tunísia/2005) e a sua estrutura e assinalar os órgãos por ela responsáveis; relacionar o programa estabelecido pela CMSI para desenvolvimento da Sociedade da Informação como subdomínio de uma política de informação; relacionar as ações da CMSI ao processo de construção de políticas de informação; e verificar a adequação da *WSIS Stocktaking Platform* (Plataforma de Avaliação da CMSI) como elemento de mensuração, acompanhamento e avaliação da CMSI.

A escolha da *Linha de Ação C2* justifica-se pela necessidade de medir os resultados da CMSI, pois ela trata justamente da implantação de infraestrutura tecnológica, considerado um dos principais objetivos da Cúpula. Os dados quantitativos coletados, elaborados a partir dos tradicionais indicadores de inclusão digital, permitiriam averiguar os resultados obtidos até o momento da análise dos dados. A *Linha de Ação C4*, por sua vez, por ter como objetivo capacitar as pessoas, permitir o desenvolvimento de suas habilidades e

aquisição de conhecimentos necessários para se beneficiar da Sociedade da Informação, apontaria para um caminho que conduziria à compreensão do fenômeno do acesso às TICs e à informação sobre a sociedade. Ou seja, em âmbito global, é difícil acompanhar o desenvolvimento individual humano, apontar, de forma minimamente precisa, os aspectos em que os indivíduos precisam ser melhorados ou qualificados. Por isso, aponta-se a necessidade de adoção do conceito de competência informacional como possível caminho para auxiliar na compreensão do desenvolvimento da Sociedade da Informação para além de números estatísticos que indicam acesso à tecnologia.

Não foi objetivo do estudo avaliar ou julgar a CMSI como um modelo de política de informação, mas sim, avançar no entendimento sobre o amplo leque de questões de abrangência desta categoria de política pública, cuja demanda é crescente dada a conjuntura social em que se vive nas duas primeiras décadas do século XXI. Saber qual é o papel das políticas de informação, o seu campo de ação, os seus atores, é relevante e pode auxiliar no planejamento para aceleradas e futuras demandas da Sociedade da Informação.

2 INCLUSÃO DIGITAL, COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E INFOINCLUSÃO

Segundo Aun e Moura (2007) há uma persistente imprecisão conceitual sobre inclusão digital nos programas e projetos que visam à inserção das pessoas na Sociedade da Informação, motivo pelo qual se faz necessário elucidar tais conceitos a partir do entendimento de que inclusão digital ocorre através do tripé TICs, renda e educação. A inclusão digital plena não ocorre na ausência de um destes itens, ou seja, qualquer programa ou ação de inclusão digital que não for relacionado a uma adequada distribuição de renda e acesso à educação, fracassará ou acontecerá de forma incompleta.

A imprecisão conceitual torna difícil a criação de indicadores que possam rigorosamente, expressar os índices de inclusão. O conceito de inclusão digital precisa ser somado ao conceito de competência informacional, o

qual é definido por Dudziak (2003, p.24) como “[...] um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor [...], direcionados à informação e seu vasto universo”. Para a autora, este termo engloba um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência. Dudziak (2003) afirma ainda, tratar-se de um processo transdisciplinar, pois incorpora um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais, o qual, por sua vez, permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

Somados os dois conceitos, de inclusão digital e de competência informacional, é possível conceituar infoinclusão como:

[...] capacidade de acessar, buscar, avaliar, usar e recriar a informação com responsabilidade social apropriando-se dos processos e conteúdos disponibilizados através, ou não, das tecnologias de informação (AUN; 2007, p. 15).

A educação é um processo do qual a inclusão digital deve ser elemento primordial, como parte integrante do processo de ensino que promove a aprendizagem ao longo da vida, ou a educação continuada. Quando se considera a necessidade premente de educação e de distribuição de renda, condição que possibilitaria a democratizar o acesso às TICs, é imprescindível a participação de toda a sociedade, pois esta responsabilidade não pode ser delegada somente aos governos. É fundamental que os diversos atores sociais se empenhem em contribuir para que ocorra a inclusão digital e, conseqüentemente, a inclusão social.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INFORMAÇÃO

Na busca pela compreensão sobre o tema, procurou-se primeiramente saber o que seriam o domínio e o alcance de uma política de informação. Para González de Gómez (1999), dentro do campo interdisciplinar da Ciência da Informação, a centralidade da informação e seu lugar na *polis* é estudada a partir de enfoques e olhares disciplinares diversos, quais sejam:

- a) econômico: que estuda as indústrias e os mercados da informação;
- b) administrativo: que se ocupa da gestão de serviços e dos fluxos de informação nas organizações;
- c) técnico-tecnológico: voltado para a modelagem e operacionalização do processamento e das infraestruturas de informação;
- d) estatístico: que instrumentaliza e constrói um objeto-informação como insumo de diagnóstico e leitura de tendências; e
- e) antropológico: que projeta os indivíduos e os coletivos da informação no domínio da cultura e da significação.

A autora assinala que “O escopo e a abrangência dos estudos em torno da Política de Informação se multiplicam e se fragmentam em todas essas abordagens” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999, p. 1). Todavia, ao ter como objetivo estabelecer de modo mais abrangente e significativo o domínio da política de informação, para a autora, é preciso partir do conceito desenvolvido por Frohmann (1995, p.5, tradução nossa) de Regime de Informação, que significa:

[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável, no qual a informação flui por meio de determinados canais – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos [...]. O rádio e a televisão, a distribuição de filmes, a publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiras, a emergente infovia: todos esses são nós de redes de informação, ou elementos de regimes específicos de informação.

O conceito central adotado pela pesquisa é o de Braman, para quem a expressão Política de Informação é definida como:

[...] o conjunto de leis e regulações pertinentes a qualquer criação, processamento, fluxos e usos de informação – como um conceito guarda-chuva para políticas de informação, comunicação e cultura (BRAMAN, 2011, p. 42).

Infere-se, a partir do exposto, que o enfrentamento do desafio de desenvolver e implementar as políticas de informação deve ser assumido principalmente pelo Estado com participação da sociedade, como afirma González de Gómez (1999, p. 2):

[...] uma política de informação deveria redirecionar ou preservar o regime de informação vigente, conforme as metas do desejável e possível para os atores que partilham uma esfera coletiva de ação. Em princípio, o “lócus” de sua manifestação seria o Estado e as Políticas Públicas do setor.

Assim, cumpre conceituar o que são as políticas públicas. Segundo Souza (2006) não há uma melhor e única definição de política pública, a qual a autora resume como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no ramo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). De modo mais prático e simplificado, pode-se entender política pública como o momento em que governos democráticos transformam suas plataformas eleitorais e propostas em programas e ações para que provoquem resultados e mudanças no mundo real.

Rowlands (2002) sustenta a ideia de uma dimensão mais humanista da informação ao estabelecer, para análise, uma estrutura teórica, metodologias e ferramentas de pesquisa que auxiliem na compreensão das políticas de informação, alegando ser preciso focar a atenção em valores que sustentem a concepção de informação, ao invés de concentrar em leis específicas e regulações.

A partir da ideia de que termos conceituais correlatos tendem a ocorrer juntos com mais frequência do que termos conceituais menos relacionados entre si, Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) cruzaram termos conceituais correlacionados dentro do campo de política de informação e mapearam cinco *clusters* que foram nomeados como subdomínios deste campo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Subdomínios da política de informação

SUBDOMÍNIO	DESCRIÇÃO
Protecionismo da Informação	Regulamentos e mecanismos que controlam o acesso à informação e divulgação na esfera pública (ex.: segredo oficial) e em mercados de informação (ex. Proteção de dados).
Mercado de Informação	Leis e regulamentos que protegem o investimento na criação de conteúdo informacional (ex.: direitos autorais) e permitem trocas no mercado.
Radiodifusão e telecomunicações	Políticas públicas que regulam os meios de comunicação de massa, equilibrando interesses comerciais e do cidadão (ex.: acesso universal).
Acesso público à informação oficial	Políticas e regulamentos que moldam o acesso à informação de cidadãos arquivada pelo governo (ex.: liberdade de informação).
Sociedade da Informação e Infraestrutura	Políticas públicas que promovem o investimento (ou encorajam o setor privado a investir) na infraestrutura de informação.

Fonte: Adaptado de Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002, p. 33).

A CMSI estabeleceu um conjunto de metas, corporificados através dos quatro documentos oficiais publicados ao final de suas duas fases, e descritos no próximo tópico, que poderia ser classificado como um dos subdomínios descritos pelos autores, que seria o quinto subdomínio *Sociedade da Informação e Infraestrutura*.

Os governos, dentre os quais se destaca o brasileiro, em suas agendas de políticas, têm encarado o desafio de conciliar o enfrentamento de problemas estruturais *versus* a necessidade e urgência de se capacitar para produzir maior valor agregado em C & T. Ou seja, em cenários em que é imperativo sanar profundas desigualdades sociais, é preciso, ao mesmo tempo, encarar a corrida pela evolução científica e tecnológica e provar para a sociedade a importância deste investimento, pois ainda há muitos que consideram políticas desta natureza desnecessárias ao se considerar as tantas necessidades básicas de muitos países, como alimentação, saúde, segurança (EISENBERG; CEPIK, 2002; MATTELART, 2005; ALBAGLI; MACIEL, 2011).

Cabe ainda mencionar que, nas atuais relações entre informação, poder e política, portanto, destacam-se duas possibilidades. A

primeira seria a tendência ao acirramento das diferenças sociais dentro de uma economia e sociedade da informação que se tornaria cada vez mais excludente. Enquanto a segunda possibilidade, seria a busca por novos caminhos de transformação e inovação social, objetivando maior democratização e apropriação social da informação, do conhecimento e da cultura. Assim, o campo de atuação das políticas assinaladas por González de Gómez (2011), Jardim, Silva e Nharreluga (2009), Albagli e Maciel (2011) vem a ser a política pública. A promoção do conceito de política de informação, assim como a formação, sistematização, geração e socialização de conhecimentos em um processo contínuo de difusão, esclarecimento e educação através da ação governamental somada à ação de outros setores.

O estudo sobre indicadores, nesse sentido, auxilia na investigação sobre o grau de inserção dos países na Sociedade da Informação. Os indicadores estão ligados à área de planejamento do setor público e são fundamentais no acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais. No contexto da Sociedade da Informação, são os indicadores de inclusão digital (ou de

inoinclusão) que servem de orientação ao se analisar o grau de inserção das populações na era digital, e servem também de norte para os formuladores de políticas de informação e do projeto maior da CMSI.

4 A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – CMSI

A CMSI foi pensada pela primeira vez em 1998, por iniciativa da Conferência Plenipotenciária da UIT, durante a qual se reconheceu o aumento cada vez maior do fosso digital existente entre pessoas com e sem acesso a informação, em oposição à evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação-TICs. Convocada pela Organização das Nações Unidas e organizada pela UIT, com a contribuição da UNESCO, a CMSI foi preparada através de pré-conferências intergovernamentais regionais e ocorreu em duas fases, a primeira em Genebra, na Suíça, em 2003 e a segunda em Túnis, na Tunísia, em 2005.

Ao final das duas rodadas da CMSI, foram publicados quatro documentos finais: a *Declaração de Princípios de Genebra*, o *Plano de Ação de Genebra*, o *Compromisso de Túnis* e a *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*, tendo sido estabelecido um prazo até 2015 para o cumprimento das metas estabelecidas durante as duas rodadas. A partir de 2005, a CMSI passou a ter fóruns anuais, com o objetivo discutir os temas principais que envolvem a Sociedade da Informação, dar continuidade aos debates emergidos durante as duas fases e fazer atualizações, de acordo com o desenvolvimento/andamento das metas.

A *Declaração de Princípios*, em linhas gerais, estabelece as formas para se construir uma Sociedade da Informação realmente inclusiva e justa. O documento estabelece a visão dos representantes das nações mundiais sobre a forma como acreditam que deve se desenvolver esta nova sociedade, além de descrever os desafios e os critérios de acordo com os quais esse processo deve ocorrer sem se desviar dos princípios e determinações pré-estabelecidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O *Plano de Ação* traz as onze linhas de ação a serem colocadas em prática de acordo com cada preceito disposto na Declaração de Princípios, e em alinhamento com os objetivos da Declaração do Milênio¹. É no *Plano de Ação*, como definido em seu próprio texto, que os fundamentos da Declaração de Princípios são transformados em linhas de ação para atingir os objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados.

A seguir, estão descritos de forma sintética, os objetivos definidos no Plano de Ação da primeira fase da CMSI e os objetivos da Declaração do Milênio:

- C1. O papel dos governos e de todas as partes interessadas na promoção das TIC para o desenvolvimento;
- C2. Infraestrutura de informação e comunicação;
- C3. Acesso à informação e ao conhecimento;
- C4. Criação de capacidades (capacitação);
- C5. Criação de confiança e de segurança na utilização de TIC;
- C6. Ambiente favorável;
- C7. Aplicações das TIC (Cyber governo, Cyber negócio, Cyber educação, Cyber saúde, Cyber emprego, Cyber ecologia, Cyber agricultura, Cyber ciência);
- C8. Diversidade e identidade culturais, diversidade lingüística e conteúdo local;
- C9. Meios de comunicação(Mídia);
- C10. Fatores éticos da sociedade da informação;
- C11. Cooperação internacional e regional.

Objetivos de desenvolvimento do milênio:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a Igualdade entre gêneros e a autonomia feminina;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver parceria global para o desenvolvimento.

¹ A *Declaração de Princípios* da CMSI deixa clara a relação da Cúpula com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conforme no trecho a seguir retirado do documento: "O desafio é aproveitar potencial das TICs na promoção do desenvolvimento dos objetivos da Declaração do Milênio" (MEETING SUMMARIES, sem paginação, tradução nossa).

Já o *Compromisso de Túnis* reitera o compromisso firmado em Genebra, na primeira fase da CMSI, reafirmando o desejo e compromisso de construção de uma Sociedade da Informação inclusiva. Afirma também que a segunda fase da CMSI é uma oportunidade de se conscientizar sobre as vantagens que as TIC podem oferecer à humanidade, facilitando e transformando a vida, a interação, possibilitando projeções e planejamentos futuros.

A *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*, como define o próprio nome, trata do cronograma de atividades a serem realizadas e da passagem dos princípios e planos estabelecidos na primeira fase da CMSI à ação. Ele trata tanto de ações já definidas e que foram realizadas no intervalo de tempo entre a primeira e a segunda fase, em 2005, quanto de ações que precisam ser tomadas durante essa fase e ainda de metas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nos próximos anos.

5 A CMSI EM ANÁLISE

A partir do levantamento sobre a Cúpula, dos principais atores envolvidos em seu processo, dos documentos finais por ela produzidos e das resoluções estabelecidas, do plano de ação traçado em 2003 e da previsão de um período de tempo para sua concretização, foram selecionados para compor os dados a serem analisados os seguintes itens: a *WSIS STOCKTAKING PLATFORM (Plataforma de Avaliação da CMSI)* e duas Linhas de Ação, dentre as onze estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra*, como extrato representativo e avaliativo de ações e maior relação com o construto teórico da pesquisa.

A análise partiu da declaração do Secretário Geral Adjunto da UIT, Houlin Zhao (2011), sobre a necessidade de se realizar um balanço dos objetivos estabelecidos pela CMSI ao se considerar o curto tempo restante para a data final estabelecida para alcance de tais objetivos, que é o ano de 2015. Assim, tendo como *corpus* os itens mencionados, a análise realizada pretende contribuir com esse exercício avaliativo sobre a Cúpula.

Na sequência estão apresentados os resultados encontrados a partir do exame dos documentos e dos dados coletados. A discussão está estruturada em três eixos principais: primeiramente apresenta-se a descrição da base de dados *WSIS Stocktaking Platform* - Plataforma

de Avaliação da CMSI - os motivos de sua criação e seu *status* atual. Prosseguindo, apresenta-se a análise da *Linha de Ação C2*, a partir da comparação com indicadores de inclusão digital elaborados e publicados pela UIT, através de seu banco de dados de indicadores de TICs (para averiguar o acesso a TICs em nível global); pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e também pela Fundação Getúlio Vargas-FGV (para averiguar o acesso a TICs em nível nacional). Por fim, apresenta-se a *Linha de Ação C4*, analisada a partir do conceito de competência informacional.

5.1 A *WSIS stocktaking platform* - reavaliação da cmsi

A Plataforma de Avaliação da WSIS tem como propósito fornecer o registro das atividades realizadas pelos governos, organizações internacionais, do setor empresarial, sociedade civil e de outras entidades, com a finalidade de destacar os progressos ocorridos desde a concretização das duas fases da Cúpula.

Para atender ao § 120 da *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*, a UIT mantém a base de dados como um sistema com acesso público, fornecendo informações de iniciativas e projetos relacionados a Tecnologias da Informação e Comunicação referentes às onze Linhas de Ação estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra*.

A base de dados virtual pode ser acessada a partir do menu *WSIS Implementation*, localizado na página eletrônica da Cúpula. Com base nos dados da pesquisa, pode-se afirmar que uma das suas principais funções, além de fazer parte do processo de implementação, acompanhamento e avaliação das metas, é proporcionar mais conhecimento e entendimento sobre as propostas programadas durante as fases da CMSI que estão explicitadas no *Plano de Ação de Genebra*, pois o acesso aos projetos cadastrados é público e gratuito. No entanto, devido à pouca publicidade dada à base, ela tornou-se fonte de informações e de dados somente para pessoas que estudam ou acompanham as atividades da Cúpula, pois o nível de acesso é baixo, com uma média de 0 a 3 por dia, num universo de 6 mil usuários.

O monitoramento da *WSIS STOCKTAKING* permitiu compreender seu funcionamento e suas principais funções. Dois aspectos principais foram observados: 1) os usuários - identificação

do número de usuários e suas áreas de atuação; e 2) a funcionalidade – verificação do número de projetos cadastrados e acompanhamento do número de novas entradas no período observado (de junho de 2010 a julho de 2012). Verificou-se que a maior parte dos usuários cadastrados tem algum tipo de relação com programas do governo de seus respectivos países de origem, mas há também representantes de setores organizados da sociedade civil, de organizações internacionais e ONGs, além de representantes de empresas do setor privado, principalmente ligados ao setor de tecnologia.

Em relação ao número de projetos cadastrados, em janeiro de 2010, foram registradas mais de 4200 entradas na base de dados. Ao final do primeiro semestre de 2012, o banco de dados contava com pouco mais de 5500 entradas, de 148 países e de aproximadamente 1890 entidades cadastradas. Foram lançados durante o período observado cerca de 1300 novos projetos. Observa-se que os *Stakeholders* recebem cartas eletrônicas (e-mails) encorajando-os e convidando-os para o cadastramento de projetos e, em 2012, foi lançado o *WSIS Project Prizes*, um prêmio para os melhores projetos, que foi instituído para avaliar e recompensar os esforços na implementação das proposições da CMSI.

Constata-se portanto que, apesar de estar em andamento o Processo de Revisão/Reavaliação das metas da CMSI e dos esforços da sua equipe organizadora em atrair e motivar os diferentes atores para que fomentem a base de dados com vistas a contribuir para o processo de avaliação e acompanhamento da Cúpula, ele caminha a passos lentos e, por conseguinte, não surte efeitos que representem um avanço significativo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento da Sociedade da Informação planejado pela CMSI.

Na sequência procede-se à análise da Linha de Ação C2, a partir dos indicadores aprovados pela CMSI e adotados para medir o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

5.2 A linha de ação c2: infraestrutura da informação e da comunicação-fundamento básico da sociedade da informação

A partir de uma investigação preliminar sobre as Onze Linhas de Ação da CMSI, estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra*, é

possível verificar um aspecto comum a todas elas: a ênfase no desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, ou seja, investimento em tecnologia da informação e comunicação para um desenvolvimento da Sociedade da Informação de forma a atingir os Objetivos do Milênio. A *Linha C2* foi analisada com o objetivo de aferir, a partir dos indicadores de inclusão digital, o quanto de acesso às TICs já foi disponibilizado até então a partir dos objetivos da CMSI.

A referida linha destaca a importância do papel dos governos no estabelecimento de políticas específicas para atender às demandas da Sociedade da Informação. É fundamental criar um ambiente adequado ao alcance real da inclusão digital, a capacitação universal, o acesso sustentável, universal, ubíquo e economicamente viável às TICs, como estabelecido no plano da Cúpula.

Dentre as várias “tarefas” descritas dentro da *Linha de Ação C2*, há o estabelecimento para os governos, em termos de estratégias nacionais de TICs, as seguintes metas: formulação de políticas e de estratégias de acesso universal adequadas e concepção dos meios necessários para sua aplicação (alinhados às metas indicativas); promoção e melhoria da conectividade digital em todas as escolas, universidades, instituições de saúde, bibliotecas, agências de correios, centros comunitários, museus e outras instituições acessíveis ao público; e definição de indicadores de conectividade digital. Em relação a esta última tarefa, ela tem sido cumprida pelo Brasil, podendo ser citadas as duas pesquisas do IBGE, realizadas em 2005 e 2008, que investigaram o acesso à internet e a posse de telefone móvel para uso pessoal.

No entanto, os indicadores existentes apontam que, apesar de muito já ter sido feito para proporcionar às pessoas ao redor do mundo o acesso à informação e às TICs, as sociedades, principalmente de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ainda estão longe das metas “idealizadas” pela CMSI, como pode ser averiguado no tópico a seguir, no qual se apresenta o levantamento de alguns indicadores adotados para medir o progresso das metas da CMSI.

5.2.1 Os indicadores de TIC

A Sociedade para a Medição das TIC para o Desenvolvimento (*Partnership on*

Measuring ICT for Development), entidade de caráter internacional, elaborou uma lista de indicadores-chave das TIC (ANEXO B), que foi aprovada pelos membros da CMSI, no Encontro Temático sobre Medição da Sociedade da Informação (*WSIS Thematic Meeting on Measuring the Information Society*), realizado em Genebra em fevereiro de 2005. O encontro teve a participação de 270 delegações dos então 85 países membros das Nações Unidas, além de organizações governamentais e não governamentais e ainda representantes da sociedade civil. Os participantes pertenciam a órgãos nacionais de estatística, a ministérios e agências reguladoras de telecomunicações e a ministérios relacionados às atividades da Sociedade da Informação.

A lista de indicadores-chave da CMSI compreende quatro conjuntos:

- a) Indicadores-chave da infraestrutura das TIC e do seu acesso;
- b) Indicadores-chave do acesso e uso das TIC nos domicílios e pelas pessoas;
- c) Indicadores-chave do acesso e uso das TIC pelas empresas; e
- d) Indicadores-chave do setor das TIC e do comércio de bens vinculados com as TIC.

Tais indicadores objetivam servir de base para a elaboração de dados estatísticos padronizados com vistas à obtenção de indicadores sobre a Sociedade da Informação que possam ser comparáveis mundialmente. De acordo com o documento final do referido encontro temático, esta foi uma concreta contribuição para a segunda fase da CMSI (e para além da Cúpula) e que encaminhou duas questões estatísticas: melhorar as estatísticas sobre TIC, assim como os próximos passos para desenvolver um conjunto mais amplo de indicadores estatísticos para a Sociedade da Informação. Estas duas questões se referem à necessidade de melhorar a qualidade dos dados estatísticos sobre TIC nos países em desenvolvimento. Apontam para a necessidade de inventariar os dados e indicadores em TIC atualmente disponíveis e ampliar os dados sobre o uso das TIC, já que a maior parte dos dados existentes são voltados a aferir o grau de presença de infraestrutura tecnológica.

A partir dos dados disponibilizados pela UIT, verificou-se que há um crescimento contínuo do número de pessoas que passaram a ter acesso

às tecnologias de informação e comunicação, com destaque para o fato de que o acesso à telefonia móvel ultrapassa o acesso à telefonia fixa. Muitos usuários sequer tiveram acesso a telefone fixo em suas residências, saltando esta etapa e indo direto para a telefonia móvel, cujo acesso foi facilitado pelos preços aparentemente acessíveis e abertura de crédito dos planos pré-pagos, que acabam por eliminar as assinaturas de telefone fixo.

Embora seja evidente o aumento do número de usuários de Internet ao longo dos anos, é preciso destacar as grandes diferenças entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Enquanto na Europa, na América do Norte e na Ásia o número de indivíduos acessando a Internet chega à casa de meio bilhão, na África, segundo continente mais populoso do planeta, com mais de um bilhão de pessoas, esse número não ultrapassa 100 milhões de acesso.

Ainda segundo dados da UIT, a porcentagem de indivíduos usando a Internet continua crescendo e ao final de 2011, cerca de 2.3 bilhões de pessoas estavam online. Nos países em desenvolvimento, o número de usuários de Internet dobrou entre 2007 e 2011, mas somente um quarto dos habitantes desses países estava online até o final de 2011. Já em países desenvolvidos, esse número alcançou a marca dos 70% ao final de 2011.

A qualidade do acesso é outro aspecto que precisa ser destacado. O total de Internet banda larga internacional aumentou sete vezes nos últimos cinco anos atingindo 76'000 Gbit/s no final de 2011, o que equivale a 34'000 bit/s por usuário de Internet em todo o mundo. No entanto, persistem ainda grandes diferenças em relação à banda larga entre regiões, já que, em média, um usuário desfruta de vinte e cinco vezes mais da capacidade de Internet na Europa do que um usuário na África.

No Brasil, os indicadores-chave aprovados pela CMSI foram adotados pelo IBGE em duas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios-PNAD realizadas em 2005 e em 2008 (como tema suplementar) que investigaram o acesso à internet e a posse de telefone móvel para uso pessoal. Segundo a pesquisa do IBGE, a produção dos indicadores-chave não é obrigatória e deve ser ajustada às condições e necessidades dos países.

Foi observado que, no período entre 2005 a 2008, o crescimento do número de domicílios

com computadores saltou de 18,6% para 31,2%, representando um aumento expressivo em termos de acesso a equipamento. Já o número de domicílios que têm computadores com acesso à internet passou de 13,7% para 23,8%. Quanto ao acesso à telefonia, houve expressivo crescimento em relação ao acesso a telefone móvel/celular, os domicílios passaram de 59,3% para 75,5%, em oposição à telefonia fixa que caiu de 48,1% para 44,4%.

Com a privatização do sistema de telefonia do Brasil, houve significativo aumento da concorrência, que acarretou o acirramento na conquista de novos clientes. Assim, com o aumento de planos e promoções, as pessoas foram atraídas pelas oportunidades de acesso a aparelhos celular e pelos planos pré-pagos. Contudo, os custos de ligação e manutenção são muito caros, principalmente em relação ao telefone pré-pago, motivo pelo qual boa parte das pessoas que adquire celular, utiliza o aparelho apenas para receber chamadas. Além disso, o Brasil enfrenta sérios problemas que comprometem os serviços de telefonia móvel, desde questões de legislação e falta de infraestrutura nas telecomunicações relativos à antena e sinal, até problemas de mau atendimento a clientes.

Segundo os números do suplemento do PNAD 2008 sobre *Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para Uso Pessoal*, em três anos, o percentual de brasileiros de dez anos ou mais de idade que acessaram ao menos uma vez a Internet pelo computador aumentou 75,3%, passando de 20,9% para 34,8% das pessoas nessa faixa etária, ou 56 milhões de usuários, em 2008. No mesmo período, a proporção dos que tinham telefone celular para uso pessoal passou de 36,6% para 53,8% da população de dez anos ou mais de idade, sendo que, para 44,7% dessas pessoas (ou cerca de 38,6 milhões de brasileiros), o celular era o único telefone para uso pessoal.

Segundo o *Mapa da Inclusão Digital*, divulgado em junho de 2012 pela Fundação Getúlio Vargas-FGV e outras parcerias, 41,11% dos brasileiros possuem computador em suas residências, sendo que 33,2% estão conectados à Internet. A mesma pesquisa havia sido publicada pela FGV com o título de “Mapa da Exclusão Digital”, em abril de 2003, quando 12% dos brasileiros tinham computador em suas residências, enquanto 8% encontravam-

se conectados à Internet. Segundo tais dados, houve, portanto, um salto significativo de acesso. Os pesquisadores da FGV explicam que este salto colocou o Brasil como espelho da inclusão/exclusão digital do mundo, pois o percentual de domicílios com acesso à internet no País é semelhante ao mundial, que é de 33%. O uso de Internet faz parte dos indicadores das Metas do Milênio da ONU, mas este número, apesar de se equivaler ao mundial, é baixo e reflete desinteresse e incapacidade, pois não basta computadores conectados, como já mencionado, é preciso educar para autonomia digital, já que navegar na rede é necessário, seja para acesso a informações básicas, como consultas jurídicas, acadêmicas, comerciais ou médicas ou até mesmo para uso de redes sociais, seja para solicitação de documentos ou buscas mais complexas.

O *Mapa da Inclusão Digital* da FGV (2012) aborda a evolução do binômio exclusão *versus* inclusão digital no país, além de mostrar como é acessada a Internet pelo brasileiro, os locais em que acessa, entre outros aspectos. A pesquisa resalta os paradoxos do acesso dentro do país, como por exemplo, o município de São Caetano (SP) que apresenta o maior índice de acesso à Internet por domicílio, 69%, em oposição ao município de Aroeiras (PI), onde esse percentual é igual a zero.

Um dos fatores considerado grande barreira ao acesso é o custo. O Brasil, segundo o *ranking* produzido pela UIT (*Measuring the Information Society* 2010), era o 97º mais caro, entre os 161 países pesquisados. O valor de uma assinatura básica mensal de um plano de Internet banda larga, com um gigabyte, era de US\$28,033. Em países com economia considerada similar à do Brasil, como China e Índia, esses valores são US\$17,62 e US\$5,21, respectivamente, pelo mesmo pacote de serviço.

A redução do preço para o acesso às TIC é uma das metas da *Linha de Ação C2*. Entretanto, os esforços para alcançar tal objetivo caminham a passos lentos. Os países mais pobres é que pagam mais caro para ter acesso às TIC. A questão da infraestrutura é condição *sine qua non* para a democratização do acesso, como consta do referencial teórico, mas é preciso mais do que tecnologia para que ocorra a inclusão digital. É necessário educação de qualidade e distribuição de renda. Enquanto isso não ocorrer, dificilmente os audaciosos objetivos da CMSI e tantos outros

objetivos de desenvolvimento “igualitário” tornar-se-ão realidade em sua totalidade.

A *Linha C4 – Criação de capacidades*, a seguir, foi analisada com o objetivo de aferir se o desenvolvimento de competência informacional foi um dos objetivos da CMSI, no sentido de que a infraestrutura de TIC a ser implementada, uma de suas principais metas, seja

mais eficaz em sua utilização e contribua para a plena inclusão digital.

5.3 A linha de ação c4 – criação de capacidades

A partir dos trechos destacados na descrição inicial da Linha C4, nota-se que o documento trata, não somente da educação formal, da alfabetização e da educação para o uso de TIC, apesar da ênfase em *ICT literacy* (que é o termo em inglês no documento original), mas também do desenvolvimento de habilidades que tornem as pessoas competentes em informação, capacitando-as para lidar e sobreviver no contexto da Sociedade da Informação, e possam, assim, atender às suas demandas.

Todos devem poder adquirir os conhecimentos necessários para beneficiar-se plenamente da sociedade da informação. Em consequência, o **desenvolvimento de capacidades e a aquisição de conhecimentos em matéria de TICs são essenciais.** As TICs podem contribuir para o alcance do ensino universal em todo o mundo, mediante a educação e a capacitação de professores e oferecendo condições melhores para o **aprendizado contínuo**, incluindo as pessoas que se encontram à margem do processo educativo formal e aprimorando as aptidões profissionais. (PLANO DE AÇÃO, 2003, grifo nosso)

Além da descrição inicial, a referida linha de ação tem 16 subtópicos e, embora não mencione explicitamente a expressão *competência informacional*, a meta C4- *Criação de Capacidades* trata do planejamento de atividades direcionadas a essa finalidade, dentre as quais se destacam: consolidação do conceito de aprendizado ao longo da vida (educação continuada); promoção de programas para erradicar o analfabetismo; inclusão da capacidade de analisar e tratar a informação de maneira criativa e inovadora;

extensão do ensino para fora da estrutura educacional formal, para o ambiente de trabalho e para os lares; capacitação no uso das TIC para atender às necessidades educacionais dos profissionais de informação (arquivistas, bibliotecários, museólogos, professores, jornalistas, trabalhadores dos correios) e outros grupos profissionais pertinentes; desenvolvimento de sistemas de ensino a distância; promoção da capacidade humana no uso produtivo dos instrumentos de TIC; projeção de programas que capacitem os usuários a ampliar sua capacidade de auto-aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Essas e outras proposições objetivam construir uma Sociedade da Informação mais integradora, verdadeiramente inclusiva.

Um dos aspectos averiguados é a ênfase na criação de projetos visando à expansão do ensino à distância. O êxito nesta modalidade de aprendizado depende, antes de tudo, que o indivíduo desenvolva sua autonomia de aprendizado, tanto para aprender os conteúdos, pesquisando e buscando informações que complementem seus estudos, quanto para o uso de TIC, instrumento que lhe permitirá estudar em sua casa, no trabalho ou em outro ambiente que não o de uma instituição de ensino formal.

Outra forma a se destacar é a capacitação dos profissionais da área de informação e dos professores. Pode-se afirmar que esta meta está relacionada com a necessidade de habilitar tais profissionais para que, juntos, possam criar atividades e ambientes propícios para que estudantes e indivíduos, de modo geral, possam desenvolver suas próprias competências informacionais. São estes os profissionais responsáveis pelo ensino das habilidades de busca e uso adequado de informação, como afirmado por Campello (2003, p. 34): “O desenvolvimento das habilidades informacionais é atividade conjunta de professores e bibliotecários que trabalham em parceria para planejar, implementar e avaliar a aprendizagem”.

Nos diferentes modelos que sugerem habilidades em competência informacional, as aptidões individuais para uso da informação que devem ser desenvolvidas, são apresentadas de forma bastante semelhante. Neste trabalho, destaca-se o modelo elaborado pela *Society of College, National and University Libraries* -

SCONUL (2009), que aponta os sete pilares de uma pessoa competente em informação: 1- reconhece a informação necessária; 2- distingue formas de preencher as lacunas; 3- constrói estratégias para localizar informação; 4- localiza e acessa a informação; 5- compara e avalia; 6- organiza, aplica e comunica; 7- sintetiza e cria.

Identificadas estas sete habilidades, é possível relacionar os estudos de competência informacional à CMSI, uma vez que a “sociedade da informação é o espaço mais abrangente por onde trafega o movimento da competência informacional. É o mundo alterado pela rápida disponibilização de uma abundância de informação, em uma variedade de formatos” (AASL, 1998). Ao se considerar que os objetivos da CMSI estão voltados para a promoção das TIC para benefício de todos, o desenvolvimento de competência informacional torna-se fundamental, pois viabiliza a plena inclusão digital, conceito pouco preciso nos programas e projetos que visam à inserção na Sociedade da Informação (AUN; MOURA, 2007).

De acordo com Lloyd (2003), pessoas consideradas competentes em termos informacionais tem uma profunda consciência, conexão e fluência com o ambiente da sociedade da informação. No entanto, considerada a ausência de indicadores qualitativos, não é possível medir se os indivíduos têm todas essas competências desenvolvidas, da mesma maneira como se pode medir o acesso às TIC. Ou seja, em âmbito global, é difícil acompanhar o desenvolvimento individual humano, apontar, de forma minimamente precisa, os aspectos em que os indivíduos ganham independência ou precisam ser melhorados ou qualificados.

Diante de tais constatações, aponta-se a necessidade de adoção do conceito de competência informacional nas escolas, na formação e educação básicas de modo a construir indivíduos competentes e preparados para a Sociedade da Informação. Da mesma forma, destaca-se a importância de adoção do conceito nos programas de inclusão digital, para que, de fato, seja alcançado o conceito embutido nesta expressão e não continue ocorrendo a propagação do desenvolvimento de aprendizado de técnicas padronizadas e automatizadas, sem uso consciente das TIC.

Considera-se que o desenvolvimento da competência informacional é essencial para

o processo de construção e consolidação da Sociedade da Informação, juntamente com todas as demais metas da CMSI, de criação de infraestrutura em TIC, governança da Internet, criação e gestão de conteúdo, entre outras. E que, para subsidiar esse processo, como assinalado por Aun e Moura (2007), é preciso o estabelecimento de indicadores sociais qualitativos que auxiliem na medição do desenvolvimento da Sociedade da Informação, de forma a aferir o fenômeno social decorrente da era digital e dessa grande transformação econômica e sociocultural.

6 CONCLUSÕES

A pesquisa relatada neste artigo investigou um objeto empírico pouco explorado pela comunidade científica brasileira -a CMSI- que, por sua origem e objetivos, deveria ser de amplo conhecimento público, dada a sua suposta importância para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e o capital empreendido pela ONU, UNESCO e UIT e também o esforço de participação de mais de 170 países.

Primeiramente, constatou-se que o atual cenário da CMSI é de revisão geral da implementação dos seus resultados (gerados em 2003 e 2005) que deveria ocorrer até 2015. Constatou-se, inclusive, a existência do *Processo de Consulta Pública sobre a Revisão Geral dos Resultados da CMSI*, e cujos resultados estão disponibilizados na página eletrônica da Cúpula. Em segundo lugar, verificou-se ser possível aferir a realização das metas da Cúpula a partir da análise de indicadores de inclusão digital, CMSI através do acesso à sua base de dados, a *WSIS Stocktaking Platform* e também aos dados coletados, organizados e publicados pela UIT, indicadores elaborados especificamente para atender a setores que acompanham a evolução da Cúpula, como a ONU.

A análise da Linha de Ação C2- *Infraestrutura da informação e da comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação* foi analisada a partir de indicadores de inclusão digital, o que permitiu constatar que a evolução da Sociedade da Informação, assim como a inclusão digital, segue acontecendo de forma diferenciada por diferentes sociedades, independentemente da CMSI, embora esta tenha estabelecido indicadores-chave de TIC que serviram de base para que órgãos nacionais

oficiais de estatística pudessem coletar dados e elaborar seus próprios indicadores.

Em relação à *Linha de Ação C4 - Criação de capacidades* constatou-se que, embora o termo competência informacional não esteja explícito no texto da referida linha, o seu objetivo é o planejamento de atividades direcionadas a esta finalidade, ou seja, criar condições e mecanismos para que o conhecimento ao longo da vida seja desenvolvido e explorando de forma cada vez mais intensa dos benefícios das TIC para auxiliar no processo de aprendizagem no trato com a informação para a geração de conhecimento. Contudo, há um grande percurso a ser trilhado, inclusive da consciência conceitual do termo.

A partir da distinção entre programas/planos e políticas, proposta por Aun (2003), foi possível relacionar o programa estabelecido pela CMSI para desenvolvimento da Sociedade da Informação como um dos subdomínios da política de informação classificados por Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002). Todo o programa informacional traçado pela CMSI enquadra-se no subdomínio *Sociedade da Informação e Infraestrutura*, descrita como políticas públicas que promovem o investimento (ou encorajam o setor privado a investir) na infraestrutura de informação e desenvolvimento da sociedade. Consequentemente, as ações da CSMI podem ser relacionadas ao processo de

construção de políticas de informação, não podendo, pela dimensão do investimento, restringir-se a apenas colocação de infraestrutura.

É preciso reconhecer a existência de contradições neste processo e a dificuldade de se chegar a um denominador comum. Ao mesmo tempo em se acredita na evolução e na redução da desigualdade através do desenvolvimento tecnológico, sabe-se que houve na história outras ondas tecnológicas que não colocaram um fim às diferenças sociais. É preciso, portanto, fazer o melhor uso das TICs, de forma que haja, de fato, benefícios sociais, e não uma ampliação do *gap* social acrescido do *gap* digital.

Fica claro que as proposições da Cúpula dificilmente tornar-se-ão realidade em sua totalidade, dada a amplitude e o caráter utópico do *Plano de Ação de Genebra*, e, principalmente, se somado ao desinteresse de muitos líderes. No entanto, é preciso considerar que o enorme esforço realizado no sentido de reunir tantas nações no intuito do estabelecimento de metas e mecanismos de desenvolvimento da sociedade que vivemos, tira da inércia muitos grupos e, principalmente, faz um apelo à sociedade civil de se responsabilizar e conscientizar-se do seu fundamental papel, não só na cobrança de resultados, mas como partícipe deste importante processo.

Artigo recebido em 05/01/2013 e aceito para publicação em 08/03/2013

THE WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY: focus on information policies

ABSTRACT:

This article reports a research which objective was to understand the World Summit on the Information Society-WSIS, to know its origin, its purposes and what its current scenario is, regarding the seven years passed since its happening and the proximity of 2015, established as the deadline for achieving the Summit internationally agreed goals. The WSIS action program was understood as a subdomain of information policies. It aimed also to investigate which type of evaluation would enable to measure the results after the event. Facing the proposed objectives, it was developed a bibliographical and documentary research, which procedures were monitoring the Summit database, called WSIS Stocktaking Platform and analyzing two of the eleven lines of action outlined in the Geneva Plan of Action, one of the four final documents of the Summit. The concepts of information policies, social indicators, digital inclusion and information literacy guided the data analysis. It was concluded that indicators/statistical data of digital inclusion help in the measurement and investigation processes of the WSIS outcomes, as well as help in the process of establishing information policies that meet the demands of the Information Society. It was also concluded that the WSIS, although has counted with the participation of more than 170 countries and has undertaken great effort and financial investment has not yet reached its goals.

Keywords:

World Summit Information Society - WSIS. Information policy. Public information policies. Digital inclusion. Indicators. Information literacy.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- AUN, M. P (Coord.). **Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão**. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007.
- _____. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. In: PAIM, I. (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- AUN, M. P; MOURA, M. A. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: AUN, M. P (Coord). **Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão**. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007.
- BRAMAN, S. The meta-technologies of information. In: BRAMAN, S. **Biotechnology and communication: the meta-technologies of information**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.
- _____. An introduction to information policy. In: BRAMAN, S. **Change of state: Information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006a.
- _____. Information, policy, and power in the informational state. In: BRAMAN, S. **Change of state: information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006b.
- _____. A economia representacional e o regime global da política de informação. In:
- MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.
- DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.
- EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL
- CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. **Proceedings...** Edmond, Alberta, 1995.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 67-93, abr.1999.
- _____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- _____. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais na avaliação e formulação de políticas**. Rio de Janeiro: Mineiro, 2004.
- JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, S. R. Análise de políticas públicas: uma

abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

LEGEY, L.R; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, out./2000.

LIMA, O. H.; SELAIMEN, G. **CMSI**: um tema de todos. Disponível em: <www.infoinclusao.org.br>. Acesso em: 5 set. 2009.

MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

NERI, M. C. (Coord). Mapa da inclusão digital. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em: 04 jul. 2012.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PNAD. **Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/>. Acesso em: 25 jun. 2012

_____. **Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet2008/default.shtm>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. **TIC Domicílios**. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/internet.asp acesso em 22/09/2012>. Acesso em 13 ago.2012.

WSIS. **Relatório final**: Open Consultation on the Overall Review of the Implementation of the WSIS Outcomes (WSIS +10). Disponível em: <http://www.ungis.org/Portals/0/documents/thematicmeetings/wsis+10/WSIS+10-Presentation_of_Outcomes-Action_Plan.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

ROWLANDS, I.; EINSENSCHITZ, T.; BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v.1, n.28, p.-31-38, 2002.

SATHLER, L. CMSI: desafios para a sociedade civil. **Mídia cidadã**, [S.l: s.n], 2005. Disponível em: < http://www2.metodista.br/unesco/ agora/pmc_forum_eixos_luciano.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

SCONUL. Society of College, National and University Libraries. [S.l: s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.sconul.ac.uk>. Acesso em: 15 jul. 2009.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Florianópolis: Udesc, 2002. (Caderno pedagógico)

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

WORLD Summit on the Information Society: Geneva 2003-Tunis 2005. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/index.html>. Acesso em: 13 ago. 2010.